DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

30 de junho de 2025

ÍNDICE

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado do semestre	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

Relatório da administração

A administração da Up.p Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. ("Instituição" ou "Up.p") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

A Up.p surgiu para reintermediar o mercado de crédito no Brasil. Somos uma instituição financeira autorizada e regulamentada pelo Banco Central do Brasil, tendo por objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional N.º 5.050/2022.

Fundada em 2019, a Up.p é especializada em crédito com garantia e consignado para pessoas físicas. Membro da Associação Brasileira de Crédito Digital (“ABCD”), a fintech tem entre seus principais produtos a Antecipação do Saque-Aniversário do FGTS, emprésimo consignado com desconto em folha de pagamento e empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Em 6 anos de mercado, a Up.p já concedeu centenas de milhões de reais em empréstimos para clientes em todo o Brasil.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía patrimônio líquido de cerca de R$ 5,0 milhões e apresentou lucro para o semestre no montante de cerca de R$ 860 mil.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 08 de agosto de 2025

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "Instituição", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Veneziani
AUDITORES INDEPENDENTES

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2025, sem modificação na opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da "Instituição" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da "Instituição" é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "Instituição" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e

o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "Instituição" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da "Instituição" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. as distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Instituição".
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Instituição". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Instituição" não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2025.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891

Assinado de forma digital por ALCINDO TAKACHI ITIKAWA:53005139891
Dados: 2025.08.27 11:57:56 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

Balanço patrimonial

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativo circulante		**7.246**	**8.099**
Disponibilidades	4	**69**	**57**
Títulos e valores mobiliários	5	**595**	**3.886**
Carteira própria		595	3.886
Relações Interfinanceiras	6	**5.703**	**3.402**
Créditos vinculados		5.703	3.402
Outros Créditos	7	**828**	**679**
Crédito tributário	18b	140	140
Imposto e contribuições a compensar		567	422
Diversos		121	117
Despesas antecipadas	**8**	**52**	**75**
Despesas antecipadas		52	75
Permanente		**744**	**872**
Imobilizado de uso	**9**	689	689
(-) Depreciação acumulada		(115)	(63)
Intangível	**10**	**759**	**759**
(-) Amortização acumulada		(589)	(513)
Total do Ativo		**7.990**	**8.971**

PASSIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante		**3.032**	**4.873**
Depósitos	11	**741**	**1.846**
Outras Obrigações		**2.291**	**3.027**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	206	290
Fiscais e previdenciárias		710	690
Sociais e estatutárias		-	612
Diversas	12b	1.375	1.435
Patrimônio líquido		**4.958**	**4.098**
Capital social	13a	4.011	4.011
Reserva legal		130	87
Reserva de lucros		817	-
Total do Passivo		**7.990**	**8.971**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Receitas da intermediação financeira		**16.605**	**13.850**
Rendas de Intermediação de empréstimos entre Pessoas	14	16.238	13.548
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	367	302
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(15.360)**	**(13.744)**
Despesas de pessoal	15	(2.894)	(1.901)
Outras despesas administrativas	16	(10.836)	(10.476)
Despesas tributárias	17	(1.630)	(1.367)
Resultado operacional		**1.245**	**106**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**1.245**	**106**
Imposto de renda e contribuição social		**(385)**	**(4)**
Imposto e contribuição social corrente	18a	(385)	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	18
Lucro/(prejuízo) líquido		**860**	**102**
Quantidade de ações	13a	2.025.370	2.025.370
Lucro/(prejuízo) líquido por ação (R$)		0,42	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.

Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	30/06/2025	30/06/2024
Resultado líquido do semestre	**860**	**102**
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Resultado abrangente	**860**	**102**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**4.011**	**55**	**-**	**-**	**4.066**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	102	**102**
Reserva legal		-	5	-	(5)	**-**
Reserva de lucros		-	-	97	(97)	**-**
Saldo em 30 de junho de 2024		**4.011**	**60**	**97**	**-**	**4.168**
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**4.011**	**87**	**-**	**-**	**4.098**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	860	**860**
Reserva legal		-	43	-	(43)	**-**
Reserva de lucros		-	-	817	(817)	**-**
Saldo em 30 de junho de 2025		**4.011**	**130**	**817**	**-**	**4.958**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do semestre		**860**	**102**
Ajustes para:			
Impostos e contribuições correntes	18a	385	22
Ativo fiscal diferido	18b	-	(18)
Depreciação	9	52	10
Amortização acumulada	10	76	76
Resultado ajustado		**1.373**	**192**
Redução (Aumento) nos ativos e passivos operacionais			
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		3.291	623
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras		(2.301)	(2.690)
Redução (Aumento) em outros créditos		(149)	546
Redução (Aumento) em despesas antecipadas		23	9
Aumento (Redução) em depósitos		(1.105)	2.270
Aumento (Redução) em outras obrigações		(1.121)	(510)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades operacionais		**12**	**440**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Imobilizado de uso		-	(570)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento		**-**	**(570)**
Aumento (Redução) Líquido do caixa e equivalentes de caixa		**12**	**(130)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre		57	159
No fim do semestre	4	69	29
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		**12**	**(130)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

UP.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Up.p Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. ("Instituição" ou "Up.p") é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Nações Unidas, 14.401,Chácara Santo Antônio – São Paulo, São Paulo – Brasil.

A Up.p tem por principal objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional N.º 5.050/2022.

A Up.p foi constituída em 22 de maio de 2019, iniciando suas atividades pré-operacionais em 13 de janeiro de 2020 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na forma de Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP) em 3 de janeiro de 2020, de acordo com a publicação no diário oficial. A Up.p é uma instituição controlada pela Up.p Holding S.A.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Up.p foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela legislação societária composta por, principalmente, a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Leis nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A elaboração destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Instituição em 31 de julho de 2025.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no semestre apresentado nestas demonstrações contábeis.

a. Apuração do resultado: em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa: estão representados por disponibilidades em moeda nacional.

c. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registo e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda: Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

d. Ativo intangível: São apresentadas pelo saldo líquido de amortização, composto integralmente pelo desenvolvimento de plataforma digital de uso exclusivo de licenças de direitos autorais e de uso, no montante líquido de R$ 170 e sua amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios (5 anos).

e. Imposto de renda e contribuição social: Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Imposto e contribuições a compensar”.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período base.

Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a contribuição social é de 9%.

f. Lucro por ação: o lucro por ação da Instituição é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

g. Uso de métodos, pressupostos e estimativas: Como parte da preparação das demonstrações financeiras Companhia, a administração faz julgamentos e estimativa que são continuamente revisados e dependem da experiência histórica e de outros fatores, incluindo expectativas razoáveis de eventos futuros. A precisão das demonstrações financeiras pode ser afetada pelas questões mais críticas, descritas a seguir notas:

Nota explicativa 18b - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

4. Disponibilidades

	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos bancários (conta corrente)	69	57
Total	**69**	**57**

5. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e vencimento

Disponível para venda	Vencimento	30/06/2025 Valor de curva	30/06/2025 Valor de mercado	31/12/2024 Valor de mercado
Carteira Própria				
Certificados de depósitos bancários (i)	out/25	-	-	67
Certificados de depósitos bancários (i)	nov/25	-	-	62
Certificados de depósitos bancários (i)	dez/25	-	-	182
Certificados de depósitos bancários (i)	jan/26	-	-	302
Certificados de depósitos bancários (ii)	dez/25	595	595	558
Cota de fundo de investimento (iii)	sem vencimento	-	-	2.715
Total		**595**	**595**	**3.886**

(i) CDB Banco Bradesco, com liquidez diária e indexado ao CDI;
(ii) CDB Banco Daycoval, com liquidez diária e indexado ao CDI;
(iii) Cota de fundo de investimento Banco Itaú Index Simples Selic Renda Fixa.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	30/06/2025	30/06/2024
Certificados de depósitos bancários	367	56
Aplicações interfinanceiras	-	9
Cotas de fundos de investimentos	-	237
Total	**367**	**302**

6. Relações interfinanceiras

	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos de moeda eletrônica no Bacen (i)	741	1.846
Conta de pagamento instantâneo (ii)	4.962	1.556
Total	**5.703**	**3.402**

(i) Valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

(ii) Valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, realizados pelos titulares da Conta de Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil, para operações de pagamentos instantâneos, na forma da regularização vigente.

7. Outros créditos

	30/06/2025	31/12/2024
Crédito tributário (nota 18b)	140	140
Impostos e contribuições a compensar	567	422
Diversos	121	117
Total	**828**	**679**

8. Despesas antecipadas

	30/06/2025	31/12/2024
Carga pré-paga serviço de publicidade online	-	47
Carga pré-paga serviço de comunicação	29	28
Diversos	22	-
Total	**52**	**75**

9. Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2025	31/12/2024
Instalações	**10%**	159	(17)	142	150
Móveis e utensílios	**10%**	104	(11)	93	98
Sistema de processamento de dados	**20%**	26	(12)	14	16
Equipamento de segurança	**10%**	10	(1)	9	9
Comunicação	**10%**	16	(2)	14	15
Outros	**10%**	3	-	3	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	**20%**	371	(72)	299	335
Total		**689**	**(115)**	**574**	**626**

10. Intangível

Intangível	Taxa anual	Custo	Amortização acumulada	30/06/2025	31/12/2024
Licenças de Direitos Autorais e de Uso	**20%**	759	(589)	170	246
Total		**759**	**(589)**	**170**	**246**

11. Depósitos

	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos em contas de pagamento pré-paga (i)	741	1.846
Total	**741**	**1.846**

(i) Saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que se constituem patrimônio separado, que não se confundem com o da instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

12. Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciários

	30/06/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições sobre lucros	385	292
Impostos e contribuições sobre salários	98	138
Outros	227	260
Total	**710**	**690**

b. Diversas

	30/06/2025	31/12/2024
Comissão a pagar	62	61
Contas a pagar	1.309	1.169
Diversos	5	5
Total	**1.375**	**1.435**

13. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Instituição é de R$ 4.011, representado por 2.025.370 ações, sendo 1.012.686 ações da espécie ordinária e 1.012.684 ações da espécie preferencial, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas por acionistas domiciliados no país e integralizadas na forma da Lei nº 4.595/64.

Os titulares de ações ordinárias e preferenciais participam, em igualdade de condições, na distribuição de lucros da Instituição. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais da Instituição. A ação preferencial, por sua vez, não tem direito a voto e asseguram a seus titulares as seguintes vantagens:

(i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Instituição, na forma do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.404/76; e

(ii) direito de, em eventual alienação de controle, direta ou indiretamente, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de modo a lhes assegurar o valor por ação no mínimo igual a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, de forma a assegurar-lhe tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

(iii) Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Instituição não mantinha ações em tesouraria.

b. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

14. Receitas de intermediação

	30/06/2025	30/06/2024
Intermediação de empréstimos e financiamentos entre pessoas	16.238	13.548
Total	**16.238**	**13.548**

15. Despesas de pessoal

	30/06/2025	30/06/2024
Proventos	1.528	1.149
Encargos sociais	597	427
Benefícios	769	325
Total	**2.894**	**1.901**

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2025	30/06/2024
Despesa de aluguel	276	90
Despesa sistema de comunicação	38	14
Despesa com sistema de processamento de dados	2.302	2.659
Despesas de propaganda e publicidade	2.088	3.043
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.235	682
Despesas de serviços técnicos especializados	418	428
Despesas de serviços de terceiros	2.029	2.056
Despesa depreciação e amortização intangível	128	86
Despesa com viagem	15	-
Despesa comissão sobre vendas	1.908	1.305
Outros	399	113
Total	**10.836**	**10.476**

17. Despesas tributárias

	30/06/2025	30/06/2024
Despesas com COFINS	664	553
Despesas com PIS/PASEP	108	90
Despesas com ISS	812	677
Despesas com Impostos e Taxas Municipais – TFE/IPTU	41	40
Outros	5	7
Total	**1.630**	**1.367**

18. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025	30/06/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.245**	**106**
(+) Adições	397	21
(-) Exclusões	(453)	(26)
(-) Compensação 30% sobre lucro líquido	-	(30)
Base de cálculo (lucro/base negativa)	**1.189**	**71**
Alíquota de IRPJ 15%	(178)	(11)
Alíquota adicional IRPJ 10%	(100)	-
Alíquota CSLL 9%	(107)	(11)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(385)**	**(22)**
Imposto e contribuição social diferido	**-**	**18**
Resultado líquido após imposto de renda e contribuição social	**860**	**102**

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Saldo em 31/12/2024	Constituição / (Realização)	Saldo em 30/06/2025
Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	140	-	140
Total dos créditos tributários	**140**	**-**	**140**

19. Estrutura de gestão de riscos e capital

A Up.p é uma instituição financeira do tipo SEP (Sociedade de Empréstimos entre Pessoas), sendo suas atividades restritas às permitidas pela Resolução CMN 5.050/2022. Estando classificada no Segmento S5, nos termos da Resolução CMN 4.553/2017, que trata da segmentação das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, a Up.p está sujeita às restrições de tomada de riscos da Resolução CMN 4.606/17, tendo, portanto, um perfil de risco simplificado.

O Gerenciamento de Risco e Capital é feito de forma integrada, a fim de direcionar os esforços ao gerenciamento dos riscos relevantes.

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital atua de forma independente das áreas que fazem a gestão efetiva dos riscos, atuando no monitoramento e na supervisão, a fim de garantir que a tomada de riscos esteja em linha com o apetite de risco da Instituição.

Os requerimentos de capital estão sob a vigência da Resolução CMN 4.606/17 e são gerenciados continuamente, tais como:

- RWA de Risco de Crédito Simplificado
- RWA de Risco Operacional Simplificado
- RWA de Risco de Câmbio Simplificado

Apresentamos abaixo os dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do capital:

Descrição	30/06/2025
Patrimônio De Referência (PRS5)	4.648
RWA Simplificado	7.648
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.300
Margem sobre o PR Requerido	3.347
Margem para Imobilização	1.750
Margem para o Limite de Exposição por Cliente	567
Margem para o Limite de Exposições Concentradas	27.293
Índice de Basiléia	60,8%
Índice de Basiléia Mínimo	17,0%

Todos os limites de capital foram cumpridos no período.

20. Análise de sensibilidade

Como já citado anteriormente, a Instituição tem por principal objeto a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional N.º 5.050/2022, não assumindo, dessa forma, risco de crédito.

Quando se trata de Risco de Liquidez, a Instituição, além das necessidades básicas para a manutenção da empresa (e.g. pagamento de funcionários, fornecedores) não possui outras obrigações.

Os ativos são principalmente compostos de certificados de depósito bancários com liquidez diária e indexados ao CDI.

Observado o disposto na Nota 3g, o balanço da Instituição não apresenta sensibilidade significativa nas estimativas do valor de ativos e passivos financeiros, pois apenas possui instrumentos líquidos e certos.

21. Transações com partes relacionadas

Conforme Resolução CMN N.º 4.818, a divulgação de informações sobre partes relacionadas deve observar o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Instituição possui como objeto a realização de operações de empréstimos e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, realizando a intermediação financeira entre credores e devedores ("Operações"), conforme Resolução CMN. N.º 5.050/2022.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve transações intermediadas pela Instituição nas quais os devedores das Operações eram partes relacionadas. No mesmo período, ocorreram R$2 em transações intermediadas pela Instituição nas quais os credores das Operações eram partes relacionadas. Em 30 de junho de 2024, o montante foi de R$0.

As transações entre partes relacionadas supracitadas referem-se a acionistas controladores da Instituição e pessoal-chave da Administração, realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes.

Ainda, no semestre findo em 30 de junho de 2025, houve transações com partes relacionadas decorrentes de prestação de serviços à Instituição no montante de R$ 82 (R$ 0 em 30 de junho de 2024), que refere-se a pessoal-chave da Administração de entidade relacionada à Instituição, realizadas em termos equivalentes aos que prevaleceriam em transações entre partes independentes

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores da Instituição. Os honorários e benefícios da Diretoria no 1º semestre de 2025 foram no montante de R$ 849 e R$36 respectivamente (R$ 564 e R$36 no 1º semestre de 2024).

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

22. Eventos subsequentes

Não houve ocorrência de eventos subsequentes após a data de encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2025.

Diretoria

Gilberto Veiga de Novais
Contador
CRC: 1SP206578/O-7

* * *